



**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DAS VARAS DE
FAMÍLIA REALIZADA NO AUDITÓRIO ELI
ALVES FORTE, EM GOIÂNIA-GO, EM
19.05.2015.**

Aos dezenove dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze (19.05.2015), às nove horas e trinta minutos (09h30min), no Auditório Eli Alves Forte, teve início a Sessão Pública das Varas de Família da Comarca de Goiânia. Tomaram assento na Mesa Diretiva dos Trabalhos a Diretoria da OAB/GO, composta pelos Advogados Enil Henrique de Souza Filho - Presidente, Julio Cesar Meirelles – Secretário-Geral e Otávio Alves Forte – Secretário-Geral Adjunto. Também tomaram assento na Mesa Diretiva o Conselheiro Federal por Goiás, Pedro Paulo Guerra de Medeiros e os Advogados e Conselheiros Seccionais Presidentes das Comissões Organizadoras do evento, Alexandre Ramos Caiado – Presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas, Ludmila de Castro Torres – Presidente da Comissão de Direito de Família e Alexandre Prudente Marques – Presidente da Comissão de Acompanhamento Forense. À oportunidade, registram-se as presenças dos Advogados Tobias Nascindo Amaral Gonçalves – Diretor Adjunto da ESA-GO, Enil Henrique de Souza Neto – Presidente da OAB Prev, Alyne Cristine Lopes – Presidente da Comissão de Seleção e Inscrição, Iron Amadeu Camilo de Vasconcelos Naves – Presidente da Comissão de Cultura, Esporte e Lazer, Leonardo Bezerra Cunha – Presidente da Comissão de Valorização dos Honorários e da Remuneração Salarial dos Advogados, Monimar Leão Alves, Samuel Junio Pereira, Vitor Hugo Albino Pelles, Wanderson de Oliveira – Presidente da CAJ-OAB/GO,



as atuações nas varas de família, esclarecendo entender que a Justiça, na área de Família, trata de questões que irão determinar o modo de vida das pessoas em relação a patrimônio, filhos, entre outros. Destacou que a família é bem a ser tutelado pelo estado segundo a Constituição Federal, mas o que vivenciamos nas varas de Família é o abandono. Ao final destacou que a forma como os trabalhos das Varas de Família tem sido executados, várias famílias estão sendo destruídas e que a família deve ser tratada com a importância que tem junto à sociedade. Ato contínuo, o Presidente Enil Henrique de Souza Filho, informou aos presentes que, para fins de organização e realização da presente audiência pública, a mesma foi dividida nos seguintes itens: **01 – Atendimento, serviços no balcão e estrutura física; 02 - Atendimento dos Magistrados nos gabinetes; 03 - Órgãos auxiliares; 04 - Trabalho realizado pelos juízes. 05- Assistência Judiciária.** Para otimizar e padronizar a realização dos trabalhos da audiência pública, a Mesa Diretora solicitou aos Advogados interessados em se manifestar que, a princípio, se identifiquem e em seguida façam as suas considerações: xxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – relatou a demora por parte dos Magistrados na apreciação dos pedidos de concessão de liminares, necessidade de otimizar os despachos e maior sensibilidade por parte dos magistrados em relação aos pedidos de assistência judiciária. Sugeriu que a ORDEM encaminhe à Corregedoria proposta para que seja revista a forma de realizar a escolha do Juiz que irá prover a Vara de Família, que esse tenha vocação, afinidade com a Vara. Contadoria Judicial: demora na execução do serviço, sendo frequente a ocorrência de erros nos cálculos, necessitando serem refeitos, além do longo tempo que os autos ficam aguardando cálculos e análise da contadoria atrasando muito o trâmite dos processos. Relatou demora no trâmite dos processos na 4ª Vara de Família; questionou a visão da urgência no trâmite



do processo – fila de ordem dos processos (o que é urgente para o cliente e o que é urgência na visão do magistrado). Teceu comentários em relação à questão dos processos de inventário que estão sendo despachados pelos estagiários e assessores, destacando que a postura dos magistrados que alegam interesse do advogado em procrastinar aqueles inventários que poderiam ser feitos em cartórios extrajudiciais mas são protocolados na via judicial, desconsiderando a eleição da parte e do profissional que percebem a inviabilidade da conclusão do mesmo no cartório por questões documentais e fáticas, mesmo que em tese preencha os requisitos da previsão legal. Pondera ainda a postura de negar as partes recolhimento de custas ao final do inventário, pois por vezes aquele que pede abertura da sucessão não está na posse dos bens, situação que é ignorada pelos magistrados. Pediu atenção especial em relação aos processos de inventário, que ficam em segundo plano dentro dos cartórios, tornando-os processos ainda mais demorados. xxxxxxxx
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – retorno do atendimento preferencial aos Advogados nas escriturarias, alto índice no rodízio dos atendentes nas escriturarias, bem como a falta de preparo/conhecimento jurídico por parte destes. Necessidade de se implantar uma organização nas Varas de Família, fiscalização e padronização do atendimento; péssima qualidade do atendimento prestado aos Advogados em todas as escriturarias das Varas de Família da Comarca de Goiânia; insuficiência no quantitativo de atendentes/estagiários; Protocolo Integrado: demora na execução do serviço e a questão do não recebimento de fax em várias escriturarias nas comarcas do interior, negando vigência à determinação legal na maioria das comarcas alegando que estão estragados e não oferecem outro meio de protocolo em substituição à determinação legal, sendo que esta última reclamação foi igualmente feita com solicitação da palavra pela xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx;



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA/ EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SECCIONAL
– 19/05/2015 –
ADMINISTRATIVA

N.SEQ- 49 Versão 09 – Aprovado em 20/02/2015– Página 1 de 1

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx: 10ª Vara Cível – Falências, dificuldades nesta
escrivania; xxxxxxx: Preocupação com a política do TJ-GO de substituir
serventuários por estagiários e a insuficiência no número de atendentes;
Questão da demora no protocolo junto às escritanias; xxxxxxxxxxxxxxxx
xxxxxxxx: falta de comprometimento por parte dos atendentes nas escritanias;
cobrança da ORDEM junto ao escrivão da Vara em relação à melhoria do
atendimento prestado no balcão; xxxxxxxxxxxxxxxx: A questão da judicatura
por parte dos magistrados das Varas de Família. Elogiou o trabalho realizado
pelas Magistradas das 1ª e 6ª Varas de Família, Dras. Sirlei e Wânia. Demora
na expedição de documentos, dificuldade de falar com os Magistrados. 5ª Vara
de Família – destacou a questão do desaparecimento de autos e petições;
escritanias se negam a emitir a certidão de desaparecimento de autos e
petições; a questão do mal atendimento prestado pelos magistrados das Varas
de Família aos Advogados. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx – demora na
expedição de documentos por parte das escritanias retirando a viabilidade de
efetividade da medida deferida, especialmente das 4ª e 5ª Varas de Família
da Comarca de Goiânia; expedições de ofícios sem qualidade, sem os dados
necessários para dar cumprimento à medida, reclamou ainda do desrespeito
com o trabalho desenvolvido pelo Advogado quando se manifesta. xxxxxxxx
– Calamidade na 5ª Vara de Família da Comarca de Goiânia; demora no
atendimento; desaparecimento de autos, desorganização da estrutura –
mudança constante do escrivão; dificuldades com o atendimento prestado
pelos estagiários e serventuários da 5ª Vara de Família. O escrivão da 4ª Vara
de Família não atende os Advogados. O escrivão da 2ª Vara de Família,
Ricardo, agride os Advogados. xxxxxxxxxxxxxxxx (parte em processo): 3ª Vara
de Família – desaparecimento de processos, demora no andamento do feito,
falta de preparo por parte dos estagiários/atendentes, alta rotatividade dos



funcionários. A xxxxxxxxx compareceu na Audiência Pública como parte e alegou ter tomado ciência por convite do advogado xxxxx que estava divulgando a Audiência Pública nas Varas de Família. Descreveu ser mãe e que precisa da pensão alimentícia para garantir o sustento dos menores. Contou que ingressou com ação e diante do relato insistente de sua advogada que a demora do processo decorria da justiça, a mesma começou a frequentar a vara onde seu processo tramita e relatou que vive na pele a dificuldade narrada por todos os advogados presentes na audiência pública. Disse que se sentiu desamparada e diante da necessidade passou a buscar maneiras de impulsionar seu feito pessoalmente e frequentemente. Explicou que por um erro da Receita Federal seu CPF foi cancelado e, em decorrência disso não tem acesso a conta bancária, isso em meio a problemas de saúde que lhe retiraram temporariamente a capacidade laborativa. Contou que quando finalmente conseguiu fazer com que o pai devedor pagasse a pensão alimentícia atrasada, solicitou a expedição de alvará para levantamento do valor e finalmente pagar suas contas, se deparou com um despacho do Dr. William Fabian determinando a abertura de uma poupança no nome dos filhos para depósito do valor referente aos alimentos, entretanto mesmo diante da sua explicação de que não era possível abrir conta nem mesmo em nome dos filhos, pois precisam do CPF da responsável pelos mesmos, o magistrado alertou que o pedido de alvará postergaria ainda mais o processo, alegando a mesma que se sentiu abandonada pela Justiça. Ao fim disse que espera que a Justiça ouça esta audiência e reclamações e solucione pois ainda está dependendo da liberação do valor que depois de longos anos de espera foram pagos. Em seguida o xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx pediu a palavra e destacou a importância de relatos como estes e da postura da OAB perante o TJ/GO para solucionar os problemas. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx também pediu a palavra e disse



que os escritórios dos advogados goianos estão cheios de “xxxxxx” e todos sentem as angústias das partes frente à demora da prestação jurisdicional. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx reclamou dos despachos procrastinatórios, como oitiva reiterada do Ministério Público, da Fazenda Pública, principalmente na segunda vara de família, atrapalhando o andamento do processo. O Presidente da CDP-OAB/GO, Dr. Alexandre Caiado destacou que a OAB/GO já desagravou Advogado pela conduta praticada pelo Juiz William Fabian, quando titular na Comarca de Inhumas em razão do tratamento dispensado aos advogados, negando atendimento dentre outras reclamações, tendo sido promovido primeiro para Aparecida de Goiânia e agora para Goiânia sem avaliar a disposição deste para ser titular de Vara de Família na Capital. Relatou que a CDP já recebeu reclamações que o Magistrado jamais atende o Advogado e ainda ameaça dizendo que se atender declarará suspeição. Sugeriu ainda, realização pela OAB/GO de mais reuniões/audiências públicas para ouvir as reclamações/dificuldades enfrentadas pelos Advogados. xxxxx xxxxxx pediu a palavra e reclamou que na 4ª Vara de Família não há cumprimento do Estatuto do Idoso, negando prioridade de tramitação a processos em que a parte é idosa. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx: Propôs que a OAB/GO disponibilize funcionário em todas as Varas de Família da Comarca de Goiânia para coletar registros *in loco* das dificuldades enfrentadas pelos advogados no cotidiano, a fim de que a ORDEM possa adotar medidas concretas em relação às questões. Propôs o lançamento da campanha: “5ª Vara de Família da Comarca de Goiânia – A Vara Inimiga do Advogado”. Colocada a proposta em discussão e deliberação, à unanimidade, o Colegiado decidiu que a OAB/GO deverá disponibilizar um dos seus funcionários na Sala da ORDEM para coletar os registros/reclamações por parte dos Advogados em relação às Varas de Família da Comarca de Goiânia e também irá



disponibilizar um funcionário para ficar na porta da 5ª Vara de Família da Comarca de Goiânia e coletar as reclamações dos Advogados. Registrou-se, ainda, que reclamações também poderão ser encaminhadas por e-mail à OAB/GO através do endereço eletrônico audienciapublicavarasdefamilia@gmail.com. xxxxxxxxxxxx – dificuldades nas Varas de Família da Comarca de Aparecida de Goiânia – propôs que os serventuários sejam concursados. xxxxxxxxxxxx – relatou dificuldades no trâmite dos processos na 5ª Vara de Família da Comarca de Goiânia. xxxx xxxxx - Relatou grosserias por parte da Juíza da 4ª Vara de Família, problemas sérios na 5ª Vara de Família como sumiço de processos. Dr. Julio Cesar Meirelles – destacou a necessidade de pontuar as reclamações e sugestões que serão encaminhadas às autoridades competentes e destacou que a ORDEM vem trabalhando há anos junto ao Tribunal de Justiça para minimizar as dificuldades enfrentadas pelos Advogados e Advogadas. xxxxxxxxxxxxxxxx – relatou dificuldades enfrentadas na 5ª Vara de Família e suas angústias como Advogada e parte, questionando ao ex-presidente do Tribunal de Justiça do Estado presente, Dr. Paulo Teles, qual a disponibilidade real do órgão de resolver problemas como os relatados na audiência pública. Relatou ainda que um processo particular de inventário ficou desaparecido por dois anos na 5ª Vara de Família. O xxxxxxxxxxxxxxxx fez uso da palavra e parabenizou a Diretoria da OAB/GO pela iniciativa de realizar esta audiência pública e disse que a ORDEM deve cobrar providências do TJ-GO até a solução dos problemas, devendo insistir na cobrança da solução destes. xxxxxxxx xxxxxxxx (inventariante) – relatou problemas/dificuldades que tem enfrentado na condição de inventariante em um processo em razão da morosidade e desorganização. Sugeriu que a ORDEM utilize as mídias sociais para divulgar os problemas enfrentados pelos inscritos junto às Varas de Família. Foi



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA/ EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SECCIONAL
- 19/05/2015 -
ADMINISTRATIVA

N.SEQ- 49 Versão 09 – Aprovado em 20/02/2015– Página 1 de 1

proposta a realização de matéria semanal para divulgar e dar publicidade aos problemas enfrentados pela Categoria. Ato contínuo, o Presidente Enil Henrique de Souza Filho, registrou seus agradecimentos aos Presidentes das Comissões Organizadoras do evento e à xx xxxxx pela iniciativa de provocar a ORDEM para este debate. Registrou que não foram convidados oficialmente para este evento membros do MP e/ou judiciário para que os Advogados ficassem mais à vontade para expor os problemas vivenciados. Por derradeiro, comunicou aos presentes que já está agendada para a próxima semana a realização de nova audiência pública na área penal. Nada mais havendo para ser registrado, foi encerrada a presente Sessão Pública, às doze horas e quarenta minutos (12h40min), do que, para constar eu, _____, Otávio Alves Forte, Secretário-Geral Adjunto, lavrei a presente ata que vai assinada por mim, pelos demais Diretores da OAB/GO e Presidentes das Comissões Organizadoras deste evento.

Enil Henrique de Souza Filho: _____

Julio Cesar Meirelles: _____

Ludmila de Castro Torres: _____

Alexandre Ramos Caiado: _____

Alexandre Prudente Marques: _____